Prefeitura de
GUABIRUBA

Secretaria de
ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E EMPREGO

Portfólio da História do SUAS no Município de Guabiruba

DEZEMBRO DE 2024

APRESENTAÇÃO

Este portfólio apresenta um panorama histórico do desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Guabiruba, abrangendo o período desde os primeiros passos (2006–2012) até os desafios e avanços mais recentes (2018–presente). O material aqui reunido busca evidenciar as transformações estruturais, institucionais e conceituais ocorridas ao longo dos anos, destacando o processo de consolidação do SUAS (2013–2017) como um marco na organização e na expansão dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.

Com base em entrevistas com profissionais que vivenciaram cada etapa, assim como em documentos e legislações pertinentes, o portfólio traça uma linha do tempo que ajuda a compreender as motivações, as resistências, as conquistas e as metas futuras da política de assistência social em Guabiruba. A incorporação de depoimentos diretos, a análise das mudanças organizacionais e a contextualização das normativas oferecem ao leitor uma visão completa dos esforços empreendidos para fortalecer a garantia de direitos e a proteção social das famílias, crianças, adolescentes, idosos(as) e demais públicos prioritários.

Ao percorrer este material, é possível observar a evolução da infraestrutura, a importância da atuação técnica qualificada, a necessidade de valorização dos trabalhadores e o papel fundamental da Vigilância Socioassistencial para o mapeamento de vulnerabilidades. O portfólio também destaca a relevância do controle social, o diálogo com os conselhos municipais e a constante busca por melhorias no atendimento às demandas da população mais vulnerável.

Assim, a intenção desta apresentação não é apenas mostrar o percurso histórico da política de assistência social local, mas também inspirar reflexões sobre como manter e ampliar os avanços conquistados. Espera-se que este material sirva como referência para gestores, profissionais, pesquisadores e estudantes interessados no fortalecimento do SUAS, contribuindo, assim, para a promoção da cidadania, da dignidade e da inclusão social em Guabiruba.

"A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, assegurando o enfrentamento das desigualdades e a inclusão social." (BRASIL, 2004)

Sistema Único de Assistência Social

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.* Brasília, DF: MDS, 2004.

HISTÓRIA DO SUAS EM GUABIRUBA

Introdução

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 foi um marco na política social brasileira, estabelecendo um modelo de gestão descentralizada e participativa. O objetivo principal do SUAS é garantir a proteção social aos cidadãos, oferecendo serviços e benefícios que promovam a dignidade e a cidadania. Em Guabiruba, a implementação dessa política pública representou uma transformação significativa na organização da assistência social, consolidando avanços e superando desafios ao longo dos anos.

Este documento tem como objetivo registrar a história do SUAS em Guabiruba, oferecendo um panorama cronológico de sua implementação e consolidação no município. Por meio de relatos de profissionais que participaram desse processo, apresentamos as condições iniciais, os avanços estruturais e os desafios ainda presentes na política de assistência social local.

Antes do SUAS (1993–2005)

A assistência social em Guabiruba, antes da criação do SUAS, era marcada por práticas assistencialistas e pela ausência de estrutura formal. Vinculada à Secretaria de Saúde, sua atuação estava restrita a atendimentos emergenciais e pontuais. Segundo Patrícia Erthal da Cunha, que atuou como diretora de assistência social entre 1993 e 1998, “o prefeito era quem fazia os atendimentos e dava os auxílios”. Além disso, existia a Assistência Social Paroquial, que possuía uma sede onde eram realizadas ações como a entrega de roupas e outros objetos recebidos por meio de doações.

A organização dos serviços era precária, enfrentando dificuldades que iam desde a falta de espaço físico adequado para os atendimentos até a carência de recursos financeiros, materiais e humanos. Os atendimentos eram realizados de forma individual, com cadastro e, eventualmente, visitas domiciliares. “O espaço não tinha privacidade para um atendimento mais completo”, destacou Patrícia. As políticas de atendimento específicas também eram inexistentes, pois o município não sabia quanto de recurso seria repassado para a assistência social. As ações, portanto, restringiam-se a auxílios pontuais, como medicação, exames, consultas médicas e alimentação.

Apesar de todas as limitações, esse modelo rudimentar possibilitou algum nível de acesso à assistência para pessoas que, de outra forma, poderiam ser excluídas devido ao envolvimento político predominante na cidade.

Os principais serviços oferecidos na época incluíam:

- Distribuição de cestas básicas e auxílio funeral.
- Reembolso de medicamentos e fraldas.

- Pagamento de laqueaduras e emissão de segundas vias de certidões.
- Avaliações para isenção de IPTU e taxas municipais.
- Empréstimo de órteses e próteses.
- Entrega leite para crianças e fraldas geriátricas.

As limitações de infraestrutura eram evidentes, apontado também por Tatiane Cervi Nuss, “não havia uma sala de atendimento com sigilo profissional, pois outros profissionais de saúde atendiam no mesmo espaço”. A equipe era composta por apenas uma assistente social, que realizava entrevistas socioeconômicas e visitas domiciliares sob demanda, sem planejamento estratégico ou continuidade.

Além disso, a política de assistência social era percebida como um “braço” da saúde, sendo utilizada para suprir demandas que esta não conseguia atender, como a entrega de medicamentos, leite para crianças, fraldas geriátricas e empréstimo de órteses e próteses, conforme relatado por Nara Rubia de Faria. Esse modelo, apesar de atender a emergências, não promovia a superação das vulnerabilidades sociais, mantendo uma relação de dependência entre os usuários e o poder público.

Primeiros Passos do SUAS (2006–2012)

A adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) trouxe mudanças estruturais iniciais para a política de assistência social em Guabiruba. Apesar de ainda estar vinculada à Secretaria de Saúde, começaram os primeiros movimentos para organizar os serviços e alinhar as ações às diretrizes nacionais do SUAS. Este período foi caracterizado pela busca por estruturação e pela superação de desafios fundamentais.

Em 2006, a assistência social contava com uma equipe limitada, composta por duas assistentes sociais, que acumulavam funções diversas. Os atendimentos continuavam sendo realizados de forma emergencial e pontual, sem planejamento ou continuidade. A infraestrutura precária também era um entrave. Como recorda Nara Rubia de Faria, “a assistência social era realizada em um espaço compartilhado com a vigilância sanitária e a saúde, o que prejudicava o sigilo e a privacidade dos atendimentos”.

Outro desafio destacado foi a dificuldade de desvincular a assistência social da saúde, tanto no aspecto estrutural quanto no cultural. “Havia resistência para que o gestor compreendesse que algumas atribuições não competiam à assistência social, como a entrega de medicamentos e fraldas geriátricas”, comentou Nara. Além disso, os gestores locais enfrentavam limitações em termos de capacitação técnica, o que dificultava a compreensão das diretrizes e das potencialidades do SUAS.

Conforme Tatiane Cervi Nuss, essas limitações refletiam a falta de investimento na política social, que era vista como um complemento da saúde, em vez de uma área prioritária e independente. Os serviços ofertados eram exclusivamente emergenciais,

sem programas estruturados de proteção básica, média ou alta complexidade. Não havia planejamento para o acompanhamento contínuo das famílias em situação de vulnerabilidade.

Os atendimentos eram realizados mediante a demanda espontânea dos usuários, que buscavam os serviços mensalmente conforme suas necessidades. O processo geralmente incluía:

1. **Entrevista Socioeconômica**: Para avaliar a situação das famílias e determinar o tipo de benefício a ser concedido.
2. **Visitas Domiciliares**: Eventualmente realizadas, mas sem uma programação sistemática ou continuidade, e o transporte dos técnicos era compartilhado com outros serviços.

Essa abordagem pontual dificultava o fortalecimento de vínculos e a superação das vulnerabilidades sociais, perpetuando uma relação de dependência entre os usuários e os serviços públicos. Segundo Tatiane, a assistência social era percebida pelos gestores como um "braço" da saúde, destinada a atender demandas que esta não conseguia resolver. A política carecia de autonomia e era frequentemente subvalorizada, o que dificultava sua organização e fortalecimento.

Os serviços prestados nesse período, embora limitados, tiveram um impacto emergencial importante para muitas famílias. Entretanto, a falta de acompanhamento contínuo e programas estruturados resultava em atendimentos frágeis, incapazes de promover mudanças duradouras nas condições de vida dos usuários. Conforme Tatiane, "os atendimentos eram pontuais e não fortaleciam as famílias, mas supriam necessidades básicas e emergenciais, na medida do possível".

Nara ainda destaca que a criação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em 2009, no bairro Guabiruba Sul, representou um avanço significativo. Apesar de funcionar em uma sede alugada e contar com uma equipe reduzida, a implantação do CRAS trouxe uma nova perspectiva para o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse período, foram iniciadas atividades como reuniões socioeducativas e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em 2010, Leandro Alfarth iniciou sua trajetória como pedagogo no CRAS do Bairro Guabiruba Sul, atuando no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Essa fase marcou o início de uma jornada que acompanhou as principais transformações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Guabiruba. Uma das mudanças significativas ocorreu em 2013, quando o PETI foi reordenado para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), trazendo maior eficiência e organização no atendimento às famílias. Essa reestruturação influenciou diretamente o trabalho de Leandro, que passou a integrar equipes mais robustas e diversificadas, incluindo profissionais de serviço social e psicologia.

Mesmo assim, os desafios permaneceram. Segundo Fabiana Cavalheiro Minsky, “a visão assistencialista da política ainda era predominante, e os trabalhadores precisavam buscar conhecimento de forma autônoma para acompanhar as mudanças”.

A organização inicial das proteções sociais básicas foi um marco nesse período. Apesar das limitações de recursos e infraestrutura, esse período lançou as bases para a consolidação do SUAS em Guabiruba.

Consolidação do SUAS (2013–2017)

O período entre 2013 e 2017 marcou a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Guabiruba, com avanços significativos na estruturação da política e na ampliação dos serviços. O desmembramento da Secretaria de Assistência Social da Saúde, em 2013, foi um divisor de águas, garantindo maior autonomia e permitindo uma gestão mais alinhada aos princípios do SUAS.

De acordo com Fabiana Cavalheiro Minsky, assistente social, a implementação do SUAS em Guabiruba ocorreu de forma gradual, iniciando com o desmembramento da Diretoria de Assistência Social da Secretaria de Saúde e a busca pelo entendimento do que seria essa nova política. Durante esse período, começaram a ser organizadas as proteções sociais básica e especial. No entanto, um dos maiores desafios enfrentados foi a falta de compreensão sobre a política de assistência social por parte de gestores e legisladores. “O executivo e o legislativo acreditavam que bastava apenas o profissional do Serviço Social, afinal era baseada somente na entrega de benefícios, visão da caridade”, relatou Fabiana. Além disso, a percepção de que “para o pobre, qualquer coisa está bom” evidenciava a necessidade de desconstruir preconceitos e fortalecer o investimento na área social.

Em 2013, a consolidação do SUAS avançou com a ampliação da equipe técnica e o fortalecimento dos serviços. Conforme Nara Rubia de Faria, assistente social, foi nesse período que o CRAS passou a contar com uma assistente social contratada e um pedagogo, que juntos deram início ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Além disso, foi implementado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ampliando as ofertas aos usuários da política de assistência social.

Entre 2013 e 2017, o CRAS contou com a presença de diversos profissionais de serviço social e psicologia, contribuindo para a ampliação da qualidade dos serviços ofertados. Um marco importante foi a transferência do CRAS para um novo imóvel no Bairro Lageado Baixo, em 2017. A nova sede, construída pelo Estado de Santa Catarina, passou a oferecer serviços como PAIF, SCFV e Cadastro Único, consolidando-se com uma equipe formada majoritariamente por servidores concursados.

Leandro Alfarth destacou como uma das grandes conquistas desse período a aprovação da Lei do SUAS no município, também em 2017. Segundo ele, essa foi uma etapa essencial para a institucionalização e o fortalecimento das políticas sociais locais.

Essas mudanças impactaram positivamente o trabalho das equipes e a organização da política como um todo. Segundo Nara Rubia de Faria, “éramos em três assistentes sociais no município, o que possibilitou um atendimento mais qualificado e direcionado às demandas”. Outro destaque foi a criação de benefícios eventuais em pecúnia, como o Vale Cidadania, que substituiu a distribuição de cestas básicas, promovendo maior dignidade e autonomia para os usuários. Além disso, a aquisição de veículos facilitou a realização de visitas domiciliares e ampliou o alcance dos serviços.

Apesar dos avanços, o período também trouxe desafios, incluindo a resistência inicial de alguns trabalhadores em compreender e adotar as novas diretrizes. Conforme Fabiana Cavalheiro Minsky, a busca por conhecimento foi essencial, especialmente após a tipificação dos serviços socioassistenciais. Capacitações e supervisões desempenharam um papel fundamental para alinhar as equipes às práticas do SUAS.

Em termos de infraestrutura, o CRAS ganhou uma sede própria, consolidando-se como o principal equipamento de assistência social do município. Para Nara, esses avanços refletem uma evolução positiva nas políticas sociais de Guabiruba. “Destaco a criação da Secretaria de Assistência Social, a contratação de mais funcionários efetivos e a profissionalização da gestão, com um secretário de assistência com ensino superior”, afirmou.

Apesar das dificuldades, o período de consolidação trouxe avanços significativos para a política de assistência social em Guabiruba, estabelecendo as bases para sua expansão nos anos seguintes.

Expansão e Desafios Atuais (2018–Presente)

A partir de 2018, o SUAS em Guabiruba passou por transformações que trouxeram tanto avanços quanto desafios, conforme apontam diferentes profissionais envolvidos na política de assistência social local.

Para Fabiana, esse período foi marcado por mudanças legislativas significativas, como a criação da Lei do SUAS em Guabiruba e da Lei dos Benefícios Eventuais, que conferiram maior clareza e organização à política. A regulamentação dos benefícios em pecúnia, por exemplo, substituiu a distribuição de cestas básicas, promovendo mais autonomia e dignidade aos usuários. Entretanto, ela destaca que o repasse insuficiente de recursos ainda limita o alcance das ações, especialmente no atendimento de alta complexidade. A criação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é vista como urgente: “Ainda precisamos desmembrar a Proteção Social Especial da gestão, para que o serviço seja melhor estruturado e mais bem visualizado pela comunidade”, ressalta Fabiana.

Nara, por sua vez, enfatiza o impacto positivo da ampliação da infraestrutura, incluindo a aquisição de veículos e o aumento do espaço físico da Secretaria de Assistência Social. Nesse contexto, o CRAS e o PAIF se firmam como pilares do atendimento, oferecendo suporte às famílias e fortalecendo vínculos. Porém, a localização do CRAS no bairro Lageado Baixo ainda dificulta o acesso, sobretudo para as famílias mais vulneráveis devido à precariedade do transporte público. Nara reforça a necessidade de um segundo CRAS no bairro São Pedro, visando melhorar a acessibilidade aos serviços.

A capacitação contínua também surge como ponto-chave nesse período. Gisele destaca a importância dos treinamentos e formações para aprimorar a qualidade do atendimento, ressaltando a necessidade de institucionalizar a educação permanente para que os trabalhadores do SUAS estejam sempre aptos a enfrentar novos desafios. Ela aponta, ainda, a dificuldade de atender imigrantes em função de barreiras linguísticas e burocráticas, mencionando a complexidade do acesso aos serviços para quem não domina o idioma ou não conhece os procedimentos.

Leandro relembra o cenário inicial no CRAS Guabiruba Sul, marcado por limitações de espaço e equipe reduzida, condição superada após a inauguração do novo CRAS em 2017 já no bairro Lageado Baixo. Ele reforça que, em 2021, a definição de critérios claros para as concessões e tipos de benefícios eventuais foi um passo importante na consolidação do SUAS em Guabiruba. Em 2022, o CRAS do Lageado Baixo foi renomeado para CRAS Paula Fuckner, reforçando sua identidade institucional. Ao longo dessas mudanças, Leandro destaca-se pela capacidade de revisar rotinas de trabalho e encontrar soluções práticas para os desafios diários.

Observando a evolução da política de assistência social, Leandro aponta a importância da organização das proteções sociais e da criação de setores específicos para benefícios eventuais e Cadastro Único. Em 2024, a estrutura ampliou-se ainda mais, incorporando a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, que congrega os Conselhos de Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso e de Habitação.

Contudo, ainda restam obstáculos a serem superados. Leandro reforça a necessidade de fortalecer a Vigilância Socioassistencial, área essencial para mapear vulnerabilidades e direcionar ações mais precisas no território. Ele recomenda que a gestão municipal invista na presença de técnicos especializados e na capacitação contínua das equipes, garantindo a consolidação e a evolução permanente do SUAS em Guabiruba.

Sistema Único de Assistência Social

Desafios Comuns Identificados pelos Profissionais

Os profissionais entrevistados apontam desafios que convergem em suas percepções:

- Falta de um CREAS: A ausência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social dificulta o atendimento de demandas de alta complexidade. Essa lacuna impede a efetiva operacionalização da Proteção Social Especial, restringindo a capacidade de abordar casos mais graves de violação de direitos.
- Recursos Insuficientes: Apesar dos avanços obtidos, o financiamento ainda não supre plenamente as necessidades do município. A precariedade orçamentária limita a expansão e qualificação dos serviços, impactando tanto a infraestrutura quanto o quadro de pessoal, e dificultando a ampliação do atendimento em territórios mais distantes.
- Valorização dos Trabalhadores: Profissionais ressaltam a importância de melhores condições de trabalho, remuneração justa, reconhecimento profissional e acesso contínuo a formações. Essa valorização é vista como chave para fortalecer o comprometimento, a motivação e a eficiência das equipes, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento.
- Gestão Qualificada: Gestores com formação técnica e entendimento profundo do SUAS são considerados fundamentais. Uma gestão qualificada permite alinhar práticas, políticas e recursos às diretrizes nacionais, assegurando maior eficiência e coerência na implementação dos serviços.
- Acesso e Territorialidade: Além dos desafios já citados, a localização atual do CRAS no bairro Lageado Baixo e a precariedade do transporte público dificultam o acesso para famílias residentes em áreas distantes, destacando a necessidade de um segundo CRAS em outro bairro, como São Pedro. Essa descentralização física é essencial para garantir equidade no acesso aos serviços.
- Vigilância Socioassistencial: Profissionais também chamam atenção para a necessidade de fortalecer a Vigilância Socioassistencial, área estratégica para mapear vulnerabilidades, embasar o planejamento das ações e subsidiar tomadas de decisão. Sem informações sistemáticas e atualizadas, a capacidade de responder às demandas locais fica limitada.
- Atendimento a Públicos Específicos: A presença de imigrantes e grupos com necessidades particulares exige estratégias para superar barreiras linguísticas e burocráticas, bem como o estabelecimento de critérios e fluxos de atendimento mais claros. Esse cenário ressalta a importância de capacitações permanentes, visando a inclusão e o respeito à diversidade.

Perspectivas Futuras

Sob o olhar dos profissionais, o fortalecimento do SUAS em Guabiruba depende de investimentos estratégicos, ampliação das equipes técnicas e descentralização dos serviços, incluindo a implementação de um CREAS e a criação de um segundo CRAS. Além disso, a consolidação da Vigilância Socioassistencial e a institucionalização da educação permanente para trabalhadores do SUAS são vistas como passos fundamentais para aprimorar o planejamento das ações e a qualidade do atendimento.

A valorização dos profissionais aparece como um componente central desse processo, garantindo que as equipes estejam motivadas, preparadas e reconhecidas por seu trabalho. A presença de gestores com conhecimento técnico, somada à participação ativa dos conselhos municipais, reforça a legitimidade e a eficiência da política, tornando-a mais sensível às demandas da população.

Com planejamento estratégico, investimento contínuo em recursos humanos, fortalecimento da gestão e qualificação dos serviços, o SUAS pode se consolidar como uma política de referência no município, promovendo cidadania, dignidade e inclusão social para todas as famílias de Guabiruba. Dessa forma, a assistência social local caminha para um futuro no qual a universalidade, a integralidade e a garantia de direitos são o eixo central de sua atuação.

Considerações Finais

O percurso histórico apresentado neste portfólio evidencia que a implementação e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Guabiruba resultaram de um processo contínuo de aprendizados, superação de desafios e fortalecimento institucional. Desde os primeiros passos, marcados por equipes reduzidas e infraestruturas precárias, até a consolidação do SUAS, com a ampliação de serviços e marcos legais, observa-se uma trajetória pautada pela busca de qualidade, eficiência e respeito aos princípios da política de assistência social.

Os depoimentos dos profissionais e o levantamento de documentos e normas legais permitiram identificar avanços significativos, como a criação do CRAS, o fortalecimento dos serviços PAIF e SCFV, a aprovação da Lei do SUAS no município e a regulamentação de benefícios eventuais em pecúnia. Por outro lado, persistem desafios como a necessidade de um CREAS, o aprimoramento da Vigilância Socioassistencial, a ampliação do quadro técnico e a descentralização do atendimento para assegurar o acesso de todas as famílias aos serviços, independentemente de sua localização.

A reflexão sobre essas conquistas e obstáculos revela a importância de uma gestão qualificada, de políticas públicas bem planejadas e do engajamento permanente dos trabalhadores e gestores, fortalecendo o compromisso com a garantia de direitos. O

investimento em capacitações, a valorização dos profissionais e a participação ativa dos conselhos municipais são elementos-chave para direcionar as próximas etapas desta trajetória.

Dessa forma, este portfólio não apenas organiza o histórico do SUAS em Guabiruba, como também inspira a construção de um futuro em que a política de assistência social siga consolidando-se como um instrumento de cidadania, dignidade e inclusão. Acredita-se que o conhecimento aqui reunido servirá como referência para gestores, pesquisadores, estudantes e demais atores envolvidos no fortalecimento da proteção social, assegurando que, ao olhar para o passado, sejam vislumbradas novas possibilidades de avanço e transformação no presente e no futuro.

"Os direitos sociais (...) envolvem o direito a um nível básico de bem-estar econômico e segurança, assim como o direito de participar plenamente do legado social e viver a vida de um ser civilizado, segundo os padrões prevalecentes na sociedade." (MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.)

Agradecimentos

Este portfólio foi organizado por Leandro Alfarth, coordenador do Centro de Referência de Assistência Social Assistência Social de Guabiruba, com o objetivo de registrar a trajetória do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município, destacando os desafios enfrentados, os avanços conquistados e as perspectivas para o futuro.

Agradecemos imensamente a participação das profissionais que contribuíram com suas experiências e reflexões, permitindo a construção deste documento:

- **Fabiana Cavalheiro Minsky**
- **Nara Rubia de Faria**
- **Tatiane Cervi Nuss**
- **Gisele Cristina Schiochet**
- **Patricia Erthal da Cunha**
- **Leandro Alfarth**

Reconhecemos o papel fundamental de cada uma na consolidação do SUAS em Guabiruba e na construção de uma política pública mais inclusiva e cidadã. Que este registro inspire novas gerações de trabalhadores e gestores a fortalecer ainda mais os direitos socioassistenciais no município.